

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA**
2 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA 31**
3 **(TRINTA E UM) DE AGOSTO DE 2018 (DOIS MIL E DEZOITO), ÀS 14**
4 **(QUATORZE) HORAS, NO MUSEU DE ARTE MURILO MENDES.**

5 Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas,
6 na sala do Conselho Superior, no Museu de Arte Moderna Murilo Mendes,
7 regimentalmente convocado sob a Presidência do Professor Marcus Vinicius David e
8 com as presenças dos Conselheiros: Marcos Tanure Sanábio, Mônica Ribeiro de
9 Oliveira, Ana Livia de Souza Coimbra, Valéria Faria, Marcos Souza Freitas, Marco
10 Aurélio Kistemann Júnior, Eduardo Sérgio Leão de Souza, Antônio Márcio do Carmo,
11 Eliane Medeiros Borges, Schirley Maria Policário, Ana Paula Ferreira, Fabrício da Silva
12 Teixeira de Carvalho, Eduardo Barrere, Cristina Sayuri Côrtes Ouchi Dusi, José
13 Gustavo Francis Abdala, Marise Pimentel Mendes, Cláudio Roberto Fóffano
14 Vasconcelos, Jeferson Macedo Viana, Marcelo da Silva Alves, José Otávio do Amaral
15 Corrêa, Álvaro de Azeredo Quelhas, Hélio Antônio da Silva, Maria Alice Junqueira
16 Caldas, Rogério de Souza Sérgio Ferreira, Maria Cristina Vasconcellos Furtado,
17 Alexandra Aparecida Leite Seabra Eiras, Rubens José Rodrigues, Eliete do Carmo
18 Verbena Faria, Raquel Bernardo Fett, Sérgio de Castro Tardelli, Iago do Nascimento
19 Silva, Victor Soares Victor, Marcela de Paula, Pinho, Flávio Sereno Cardoso, Márcio
20 Roberto Sá Fortes, Heronides Filho, Paulo Dimas de Castro, Ricardo Bonfante, Pâmela
21 Emanuelle Julião, Bethânia Guimarães, Conrado Jenevain Braga, Dimas Augusto de
22 Carvalho, Dênis Alves Perdigão, Peterson Marco de Oliveira Andrade e José Geraldo
23 Neto de Faria, realizou-se mais uma reunião do egrégio Conselho Superior da
24 Universidade Federal de Juiz de Fora. Havendo número legal, o Senhor Presidente
25 iniciou a reunião ordinária saudando a todos e todas e apresentou as justificativas de
26 ausência dos Conselheiros Thiago César Nascimento, Samuel Rodrigues Castro e
27 Roberto Daibert Júnior. Deu as boas-vindas aos Conselheiros que participaram pela
28 primeira vez na reunião do Conselho, a professora Cristina Sayuri Côrtes Ouchi Dusi,
29 vice-diretora da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis e Bethânia
30 Guimarães, representante do Sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação das
31 Instituições Federais de Ensino no Município de Juiz de Fora (Sintufejuf). Iniciou a
32 pauta com a discussão das atas das sessões dos dias 12/12/2017 (doze de dezembro de
33 dois mil e dezessete) reunião especial em continuação à reunião ordinária do dia
34 07/12/2017 (sete de dezembro de dois mil e dezessete); 15/12/2017 (quinze de
35 dezembro de dois mil e dezessete) reunião especial em continuação à reunião ordinária
36 do dia 07/12/2017 (sete de dezembro de dois mil e dezessete); 16/11/2017 (dezesseis de
37 novembro de dois mil e dezessete) reunião ordinária, 18/12/2017 (dezoito de dezembro
38 de dois mil e dezessete) sessão solene e 29/05/2018 (vinte e nove de maio de dois mil de
39 dezoito) reunião ordinária. Indagou aos Conselheiros sobre algum destaque que
40 gostariam de realizar nas atas apresentadas, ocasião em que a Conselheira Eliete do
41 Carmo Verbena Faria solicitou que uma fala por ela realizada na reunião do dia vinte e
42 nove de maio de dois mil de dezoito, fosse retificado no texto. Apresentou por escrito a
43 requisição conforme segue: “*A Conselheira Eliete Verbena falou sobre a situação do*
44 *Colégio de Aplicação João XXIII, em relação à decisão da UFJF de verificar o retorno*
45 *das atividades na próxima segunda em função do funcionamento do Restaurante*
46 *Universitário e esta situação não ser determinante para o funcionamento do colégio em*
47 *questão*”. Não havendo oposição ao pedido como também outras demandas, o Senhor
48 Presidente pediu a retificação da referida ata e colocou em bloco as atas supracitadas em
49 regime de votação, que foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, apresentou as
50 comunicações da Presidência falando inicialmente do processo de adesão dos servidores

1 ao novo plano de saúde, ponderando pelo desfecho favorável, em relação aos reajustes
2 que estavam previstos no contrato anterior. Pontuou sobre o prazo de migração para o
3 novo plano que se encerra na data de hoje. Como segundo informe, noticiou a
4 constituição do Fórum da Diversidade da Universidade Federal de Juiz de Fora ocorrida
5 nesta semana, no anfiteatro do Instituto de Ciências Humanas (ICH), no campus sede,
6 em Juiz de Fora. Registrou ter sido um evento do qual a UFJF deve ter orgulho, fruto de
7 diálogos com diversos coletivos, sendo uma atividade organizada pela Diretoria de
8 Ações Afirmativas (Diaaf), que marcará o início da construção participativa e
9 democrática da Política de Ações Afirmativas para a instituição. Parabenizou o diretor
10 da Diaaf, Julvan Moreira de Oliveira pelo trabalho e esforço empregado em todo o
11 processo. O Conselheiro Victor Soares Victor pediu um aparte, para também agradecer
12 ao Professor Julvan Moreira e enaltecer as atividades desenvolvidas pelo Fórum.
13 Sugeriu a inclusão de participação do segmento de servidores terceirizados na
14 composição do mesmo e nos próximos debates. O Presidente da mesa retomou a
15 palavra, concordou com o Conselheiro Victor e informou aos Conselheiros sobre a
16 impossibilidade de sua participação na Reunião do Conselho Pleno da Associação
17 Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de ensino Superior (Andifes) ocorrida
18 nesse mês. Justificou, ainda, a não participação da vice-reitora na referida reunião,
19 assim como na presente assembleia, por razão do falecimento de um familiar. Na
20 reunião da Andifes o Senhor Presidente foi representado pelo Pró-reitor de
21 Planejamento, Orçamento e Finanças, Professor Eduardo Salomão Condé, também
22 ausente da presente reunião em função de sua colaboração em uma banca de mestrado.
23 Repassou alguns destaques trazido pelo Pró-reitor, primeiramente quanto ao convite
24 realizado pela Andifes aos candidatos à Presidência da República, para uma reunião
25 com os reitores das Universidades nas quais está sendo entregue um documento em
26 defesa das Universidades Públicas, com proposições para a Política de Ensino Superior
27 Pública no Brasil. Informou que na reunião anterior do Conselho Pleno participou o
28 candidato Guilherme Boulos do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e nessa última
29 reunião ocorreu a participação do candidato Ciro Gomes, do Partido Democrático
30 Trabalhista (PDT), estando no aguardo de participações de outros candidatos para as
31 demais reuniões. Assegurou que nessa última assembleia os debates foram muito
32 intensos e interessantes, tendo o Ministro da Educação participado da reunião da
33 Andifes. Informou que o Ministro fez alguns informes importantes, registrando sobre o
34 veto que o Presidente da República fez a receitas próprias na Lei de Diretrizes
35 Orçamentárias (LDO), e sua tentativa de derrubar o veto do Presidente, excluindo do
36 teto de gastos as receitas próprias das Universidades. O Ministro também apresentou
37 informações sobre orçamento, em que estão trabalhando com um cenário de liberação
38 de 100% (cem por cento) do orçamento de custeio e 80% (oitenta por cento) do
39 orçamento de capital. O Senhor Presidente informou que, no momento, a instituição está
40 com 80% (oitenta por cento) do orçamento de custeio e 55% (cinquenta e cinco por
41 cento) do orçamento de capital liberados. Falou também que foi discutida uma
42 recomposição das comissões temáticas da Andifes, sendo uma das sugestões que o
43 Senhor Presidente participe da Comissão de Orçamento da Andifes. Como quarto
44 informe, o qual inclusive justifica sua ausência na Andifes, noticiou que está ocorrendo
45 em Juiz de Fora um evento científico da Associação Brasileira de Avaliação
46 Educacional (ABAV), um Congresso Brasileiro feito a cada dois anos para tratar de
47 medidas estatísticas para as políticas educacionais. O Ministro da Educação, Rossieli
48 Soares da Silva, participou da solenidade de abertura da sexta edição do Congresso
49 Brasileiro de Teoria da Resposta ao Item e Métodos Quantitativos em Avaliação
50 (Conbratri) em Juiz de Fora, realizado nesta quarta-feira. A organização do evento

1 convidou o Reitor da UFJF para participar da abertura na mesa juntamente com o
2 Ministro, ocasião em que fizeram contato com o cerimonial para ter uma reunião com o
3 mesmo, para tratar de alguns assuntos pertinentes a instituição, principalmente
4 relacionados ao orçamento de dois mil e dezenove e a aquisição de um imóvel para o
5 *Campus* de Governador Valadares. O Senhor Presidente relatou que o Ministro
6 sinalizou positivamente para uma saída para a questão do orçamento do campus de
7 Governador Valadares. Dando prosseguimento, relatou aos conselheiros que a ação
8 orçamentária da UFJF, destinada ao custeio, relacionada ao processo de implantação e
9 consolidação do campus de Governador Valadares, na série histórica, variava de doze a
10 quinze milhões de reais, até este ano, sendo reduzida para um milhão e seiscentos mil
11 reais no orçamento de dois mil e dezenove. Mencionou sobre as despesas com o campus
12 avançado, em que são pagos sete milhões de reais em aluguéis, em razão da falta de
13 sede própria. Realizou assim, um relato incisivo ao Ministro de como isso compromete
14 o funcionamento do campus, recebendo o retorno de que no momento não seria possível
15 alterar o projeto de lei orçamentária, porém, que foram identificados alguns problemas
16 no orçamento do Ministério da Educação, que serão tratados diretamente com a
17 Comissão Mista de Orçamento do Congresso para que os ajustes sejam feitos. Para
18 tanto, solicitou que a Administração envie um ofício ao Ministério relatando o ocorrido,
19 explicando os dados, para serem encaminhados à Comissão Mista de Orçamento do
20 Congresso, para que o orçamento relativo ao Campus de Governador Valadares seja
21 corrigido. Pontuou ser importante registrar que, depois que foi identificado esse
22 problema, algumas reuniões foram realizadas em Governador Valadares com a diretoria
23 do Campus Avançado, sendo realizado contato com um deputado com influência na
24 região e acesso ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido do
25 Governo. Mencionou, ainda, a reunião ocorrida em Belo Horizonte com esse deputado,
26 bem como a realizada com o Secretário de Educação Superior, Paulo Barone, nas quais
27 reforçou a necessidade de revisar o orçamento destinado ao Campus Avançado. O
28 Senhor Presidente ponderou que a tese defendida pela Instituição é a de que a situação
29 de Governador Valadares é especial, em razão do Campus não ter construção própria,
30 por ter que despender cerca de sete milhões, por ano, em aluguéis. Razões pelas quais,
31 desde dois mil e dezesseis, também por uma mobilização política da região para criar
32 uma ação orçamentária para essa destinação, existe uma linha orçamentária de custeio
33 para o Campus Avançado. Falou também quanto à aquisição do imóvel da Faculdade de
34 Administração de Governador Valadares, questão que será deliberada na pauta de hoje.
35 Finalizou avaliando como positiva a reunião realizada com o Ministro em Juiz de Fora,
36 dizendo que o Presidente da Andifes pediu que também fosse tratado o orçamento de
37 capital na reunião. Em seguida, passou a palavra para a Conselheira Ana Livia Coimbra,
38 que também esteve na reunião Andifes para participar do Fórum de Pró-reitores de
39 Extensão. A Conselheira que preside o Fórum de Pró-reitores de Extensão das
40 Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex) disse ser importante
41 ressaltar duas questões, sendo a primeira sobre a audiência pública convocada pelo
42 Conselho Nacional de Educação (CNE) do Ministério da Educação (MEC), para discutir
43 a minuta de resolução que estabelece diretrizes para a Extensão Universitária em todo o
44 Sistema de Educação das Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras, marcada
45 para o dia dezessete de setembro. A resolução institui princípios, fundamentos e
46 procedimentos para a Extensão Universitária brasileira, com foco em ações que
47 promovam a interação dialógica com os demais setores da sociedade; a formação cidadã
48 de estudantes; a indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão; e a produção de
49 saberes e conhecimentos transformadores. A segunda questão relatada pela presidente
50 do Forproex foi relativa à eleição do professor e diretor de Imagem Institucional da

1 Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Márcio Guerra, como presidente do
2 Colégio de Gestores de Comunicação das Universidades Federais (Cogecom). O
3 professor será o terceiro diretor do Colégio de Gestores de Comunicação, que teve sua
4 criação em 2016 e tem a atribuição de assessorar a Associação Nacional dos Dirigentes
5 das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), contando com a participação de
6 comunicadores de todo o país. O Senhor Presidente retomou a palavra para parabenizar
7 o Professor Márcio Guerra e externar ser um motivo de orgulho para a UFJF ter a
8 Professora Ana Lúvia Coimbra como presidente do Fórum de Pró-reitores de Extensão
9 das Instituições Públicas de Educação Superior brasileiras (Forproex) e, agora, o
10 Professor Márcio Guerra, como presidente do Colégio de Gestores de Comunicação das
11 Universidades Federais (Cogecom). Frisou que a UFJF vai retomando gradativamente
12 um espaço bastante relevante no debate das políticas universitárias. A seguir o
13 Conselheiro Márcio Sá Fortes deu as boas-vindas para as Conselheiras Cristina Sayuri
14 Côrtes Ouchi Dusi e Bethânia Guimarães, apresentando uma dúvida sobre a linha do
15 orçamento para pagamento de servidores, que estava abaixo do que deveria constar. A
16 mesa esclareceu que o orçamento de pessoal da UFJF que consta no projeto de lei
17 orçamentária para o ano de dois mil e dezenove está 10% (dez por cento) menor do que
18 o previsto no ano de dois mil e dezoito. Informou que a UFJF avaliaria se isso era um
19 erro ou uma adequação do orçamento de pessoal. Finalizadas as comunicações da
20 Presidência e entrando na ordem do dia, o Senhor Presidente justificou e solicitou
21 algumas alterações da pauta, sendo a primeira a retirada de pauta dos itens **3.1 -**
22 **Processo 23071.003153.2018-16 - Recurso/pedido de reconsideração - Edital**
23 **Proquali de Ivan Adriano Ribeiro, 3.2 - Processo 23071.005491/2015-31 -**
24 **Recurso/pedido de reconsideração - Edital Proquali de Sebastião Luiz de Aquino**
25 **Girardi e 3.3 - Processo 23071.004604/2015-81 - Recurso à devolução Proquali -**
26 **Edital Proquali de Janayna Katyuscia Freire de Souza Ferreira**, que tratam de
27 recursos/pedidos de reconsideração relativos à determinação imposta pela Comissão
28 Gestora PROQUALI, pela devolução ao erário de valores referentes à bolsa do servidor
29 aprovado no Programa de Apoio à Qualificação. Em razão do não envio de um dos
30 pareceres aos Conselheiros, dentro do prazo regimental, bem como a relevância do tema
31 para os servidores, sugeriu a retirada de pauta para que os processos ficassem
32 sobrestados e fossem tratados na próxima reunião do Conselho. O Conselheiro Flávio
33 Sereno se inscreveu, também deu as boas-vindas a Conselheira Bethânia Guimarães,
34 concordando com a retirada de pauta dos processos supracitados, fazendo a solicitação
35 de que os servidores interessados fossem formalmente notificados para se manifestarem
36 e participarem da reunião, garantindo o devido processo legal. Comunicou que os dois
37 servidores técnicos-administrativos em educação que apresentaram o recurso foram
38 avisados pelo Sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação das Instituições
39 Federais de Ensino no Município de Juiz de Fora (Sintufejuf), que fez a solicitação de
40 participação dos mesmos na presente assembleia. O Conselheiro Rubens José Rodrigues
41 pediu a palavra, corroborando a fala do Conselheiro do Sintufejuf e estendendo o pedido
42 para a Professora que também apresentou recurso, sendo oportuno que a Administração
43 encaminhe a notificação. O Conselheiro Márcio Sá Fortes indagou sobre o
44 procedimento para a deliberação no Conselho, se as partes poderiam realizar novas
45 manifestações. O Senhor Presidente informou que os interessados poderiam pedir vistas
46 dos processos e caso apresentassem novas informações, as mesmas seriam repassadas a
47 relatoria para avaliação. Em regime de votação a retirada de pauta dos três processos foi
48 aprovada por unanimidade. Outra questão apresentada pela Presidência foi a inversão da
49 ordem do dia para deliberação dos itens dois ponto um, dois ponto dois e dois ponto três
50 prioritariamente. Em regime de votação a inversão de pauta foi aprovada por

1 unanimidade. Em pauta o item **2.1, relativo à Indicação para a Ouvidoria**
2 **Especializada em Ações Afirmativas da Universidade Federal de Juiz de Fora -**
3 **Resolução 32/2016.** O Senhor Presidente relatou que a atual Ouvidora Especializada
4 em Ações Afirmativas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Professora Vânia Maria
5 Bara realizou seu pedido de aposentadoria, razão pela qual a Administração faz a
6 indicação da Professora Cristina Simões Bezerra como Ouvidora Especializada em
7 Ações Afirmativas da Universidade Federal de Juiz de Fora, conforme dispõe o art. 3º,
8 § 1º da Resolução nº 32/2016 do Conselho Superior, que cria a Ouvidoria Especializada
9 em Ações Afirmativas, vinculada à Diretoria de Ações Afirmativas. Registrou o
10 brilhantismo dos trabalhos realizados pela Professora Vânia Maria Bara à frente da
11 Ouvidoria Especializada, realizando uma breve apresentação da Professora Cristina
12 Simões Bezerra. Em regime de discussão, não havendo manifestações, em regime de
13 votação o Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas
14 atribuições legais e regulamentares, tendo em vista o que consta no Processo nº
15 23071.008585/2016-43, e o que foi deliberado, por unanimidade, em sua reunião
16 ordinária do dia 31 de agosto de 2018, referendou o nome da Professora Cristina Simões
17 Bezerra como Ouvidora Especializada em Ações Afirmativas da Universidade Federal
18 de Juiz de Fora. O Conselheiro Victor Soares Victor pediu a fala para destacar a
19 importância da participação da representação discente junto a Ouvidoria Especializada e
20 a necessidade de estudar a o atual modelo de funcionamento da política de ações
21 afirmativas defendida pela União Nacional dos Estudantes. A Conselheira Ana Lúcia
22 Coimbra pediu a palavra para dar um retorno à manifestação do Conselheiro Victor
23 Soares, no sentido de tranquilizá-lo quanto às atividades que, certamente, serão
24 desenvolvidas com excelência pela Professora Cristina Simões Bezerra na Ouvidoria
25 Especializada, onde no debate com os coletivos, movimentos sociais e com a
26 comunidade acadêmica em geral, a Ouvidoria irá contribuir na elaboração de políticas
27 institucionais e no fortalecimento dos espaços de organização e de reivindicação de
28 nossos discentes. O Senhor Presidente retomou a palavra, manifestando ser pertinente a
29 fala da Conselheira Ana Lúcia Coimbra e agradecendo ao Conselho pelo referendo da
30 indicação que foi realizada, passando para o próximo ponto de pauta, inerente ao item
31 **2.2 - Recursos de Análise Socioeconômica que indeferiu matrícula.** Solicitou aos
32 Conselheiros a participação da servidora Isabela Costa, Assistente Social da Pró-reitoria
33 de Graduação para que apresentasse esclarecimentos, caso necessário. A requisição foi
34 aquiescida por unanimidade. Ato contínuo, após a entrada da servidora, o Conselheiro
35 Marcos Freitas fez a apresentação do parecer relativo aos recursos apresentados pelos
36 candidatos. Após o relato o Senhor Presidente abriu a pauta para discussões, não
37 havendo inscrições e nem necessidade de esclarecimentos, agradeceu a presença e pediu
38 a servidora Isabela Costa para se retirar, colocando os dois processos em regime de
39 votação. O Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas
40 atribuições legais e regulamentares, tendo em vista o que consta dos processos 23071.
41 013041/2018-65 e 23071. 012777/2018-16, indeferiu, por maioria, com uma abstenção,
42 os recursos dos processos que tratam dos resultados de análise socioeconômica que
43 indeferiu matrícula. O próximo ponto deliberado foi o item **2.3 - Orçamento de**
44 **Capital 2018 - Compra da FAGV.** A Presidência da mesa informou sobre a
45 necessidade de dividir o assunto em dois momentos distintos, a primeira questão
46 envolvendo a compra do prédio da Faculdade de Administração de Governador
47 Valadares (FAGV) e um segundo momento sobre a priorização das obras, discussão já
48 iniciada em reuniões anteriores. Apresentou um breve histórico sobre a pretensão de
49 aquisição desse imóvel, que vem sendo objeto de negociações pela universidade desde o
50 fim de dois mil e dezesseis. Falou sobre essas tratativas, que o processo foi avaliado

1 junto à Comunidade Acadêmica de Governador Valadares quanto à necessidade da
2 compra, e que diante da imprescindibilidade foram iniciados os trabalhos através da
3 realização de uma chamada pública, na qual restou vencedora a proposta da Fundação
4 Padre Teodoro Araiz, uma Fundação de direito privado que administrava a então
5 Faculdade de Administração de Governador Valadares (FAGV). Assinalou que o
6 imóvel despertou o interesse da UFJF e que, depois da chamada pública, o processo
7 tramitou. Observa que não se trata de um processo simples, pois envolve questões
8 judiciais e aprovação dos Ministérios da Educação e do Planejamento. O imóvel foi
9 avaliado em R\$9,5 (nove milhões e quinhentos mil reais), contudo no final do ano
10 houve um empecilho de ordem jurídica para a aquisição do imóvel. Os débitos fiscais da
11 Fundação Padre Teodoro Araiz, proprietária do imóvel, inviabilizavam a concretização
12 de um simples contrato de compra e venda. A entidade era alvo de mais de dez
13 processos de execução fiscal que, juntos, somavam quase R\$ 10.000.000,00 milhões
14 (dez milhões). A UFJF buscou soluções para viabilizar a aquisição recebendo o retorno
15 da Secretaria de Educação Superior (SESU), de que de que resolvidos os impasses o
16 orçamento para a aquisição seria liberado. No primeiro semestre desse ano, através de
17 um trabalho muito intenso feito pela Advocacia-Geral da União (AGU), tanto pela
18 Procuradoria Seccional (Federal) em Governador Valadares, quanto pela Procuradoria
19 Federal junto à UFJF e pela Procuradoria da Fazenda Nacional, procuradores da AGU
20 que inclusive estavam executando a empresa, estabeleceram uma forma legal de a
21 universidade efetuar essa compra. Através de uma aquisição voluntária em juízo, a
22 UFJF compraria esse imóvel voluntariamente acordado com a empresa. O juiz receberia
23 esse recurso e se responsabilizaria por quitar todos os débitos, repassando para a UFJF o
24 imóvel livre de qualquer agrave, sem embaraços. A UFJF receberia o imóvel totalmente
25 descompromissado e o que sobrasse depois de recolhidos todos os débitos, seria
26 repassado para a empresa. Uma solução muito bem elaborada, realizada com
27 acompanhamento da Fazenda Nacional. A proposta foi acatada pela empresa, bem como
28 autorizada pelo Ministério Público Estadual. No mês de maio, quando o processo
29 avançou, foi oficializada, junto ao Ministério da Educação (MEC), a intenção de
30 realizar a aquisição. No final do mês de julho, a Advocacia-Geral da União (AGU)
31 obteve decisão judicial que assegurou a aquisição do imóvel para o campus da
32 Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em Governador Valadares (MG), dando
33 trinta dias para a UFJF se manifestar e formalizar o interesse. Então, a Instituição entrou
34 em contato com a Secretaria de Educação Superior (SESU), que informou que seria
35 difícil solucionar o problema rapidamente. Diante da relevância do assunto, o Senhor
36 Presidente levou a pauta para a reunião realizada com o Ministro da Educação para
37 tratar do orçamento da fonte 250 (duzentos e cinquenta), da qual também participou um
38 representante da SESU, para que que analisassem a situação e dessem um retorno. Uma
39 semana depois, em reunião com o Secretário de Orçamento do MEC, foi recomendado
40 que o assunto fosse tratado com o Professor Mauro Rabelo, diretor da Diretoria de
41 Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior (DIFES). No dia
42 seguinte a essa reunião, a SESU apresentou uma proposta frente à solicitação de
43 demanda orçamentária feita pela a UFJF, acenando com a disponibilização do montante
44 de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para este ano e R\$4.500.000,00 (quatro
45 milhões e quinhentos mil reais) para o ano de dois mil e dezenove. Destacou que a
46 proposição da SESU se mostra temerária, pois ameaça a compra do imóvel, na medida
47 em que difere da proposta aceita em juízo, que indica o pagamento integral do imóvel.
48 O MEC informou que daria uma carta com garantias, que após cobranças foi
49 formalizada. O Senhor Presidente realizou a leitura dessa carta para os Conselheiros.
50 Após a apresentação de todo o relato, o Reitor comunicou que a proposta da mesa a ser

1 submetida ao Conselho refere-se a uma alternativa ao projeto inicial da compra. Pela
2 propositura, o pagamento seria realizado integralmente, ainda este ano, por meio da
3 primeira parcela a ser repassada pelo MEC, no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões
4 de reais), valor este que seria complementado com recursos da Fonte 250, relativa à
5 receita própria, no valor de R\$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais).
6 Com o pagamento da segunda parcela pelo MEC, no próximo ano, o valor seria
7 restituído à universidade. Justificou a proposta em face dos aluguéis em Governador
8 Valadares estarem entre os gastos mais prioritários da UFJF, por ser uma oportunidade
9 concreta de aquisição de um imóvel que pode ser expandido, que será o primeiro imóvel
10 próprio da universidade em Governador Valadares, motivos que justificam a propositura
11 realizada. Concluindo o relato, o Senhor Presidente abriu a pauta para discussão.
12 Presente à reunião, o diretor-geral do campus de Governador Valadares, Conselheiro
13 Peterson Andrade, pediu a palavra, saudou a Conselheira Bethânia Guimarães, técnica-
14 administrativa do campus de Governador Valadares, que também integra a atual gestão
15 do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação do Município de
16 Juiz de Fora (Sintufejuf) e pela primeira vez ocupa uma cadeira no Consu. Disse que
17 gostaria de complementar as informações apresentadas pela mesa, reforçando o drama
18 vivido pelo Campus Avançado de Governador Valadares, que hoje ocupa vinte e dois
19 mil metros quadrados de espaços alugados, em doze lugares distintos, que parte do
20 imóvel da Faculdade de Administração de Governador Valadares (FAGV) já é utilizado
21 em comodato pela instituição. Informou que apenas trinta por cento dos espaços
22 alugados representam utilização exclusiva. Enfatizou o sucesso dos cursos oferecidos no
23 Campus nos processos de avaliação, bem como os excelentes resultados na pós-
24 graduação. Registrou sua decepção com a Secretaria de Educação Superior (SESU) que
25 em audiência pública já havia anunciado a liberação de recursos da ordem de R\$
26 20.000.000,00 (vinte milhões) para a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF),
27 campus Valadares, por falta de local adequado para funcionamento. Ressaltou que um
28 imóvel próprio para as atividades acadêmicas representa um marco para o município e
29 região, uma vez que terão autonomia para as ações e melhores condições de trabalho
30 para os estudantes, técnicos e docentes, com impactos imediatos para as atividades
31 administrativas e acadêmicas. Os Conselheiros Eduardo Barrere, Dênis Alves Perdigão,
32 Flávio Sereno, Victor Soares Victor, Marcos Tanure, Álvaro Quelhas, Ana Livia
33 Coimbra, Bethânia Guimarães, Marcelo Silva Alves, Heronides Filho, Márcio Sá
34 Fortes, José Gustavo Abdala, Conrado Braga, Marise Mendes e Marcos Souza Freitas
35 também se inscreveram para manifestaram concordância com a proposta da Presidência,
36 reforçando a importância da efetivação da negociação para a comunidade acadêmica em
37 Governador Valadares, que merece ter uma universidade gratuita e de qualidade. O
38 Conselheiro Hélio Antônio questionou aos Conselheiros, principalmente aos
39 representantes do Campus de Governador Valadares, pedindo que ficasse registrado, se
40 foi bom ou ruim a criação do Campus Avançado de Governador Valadares, apesar de
41 todos os problemas e falta de planejamento. Obteve a resposta positiva quanto ao
42 questionamento realizado, em que pese os erros de gestão no processo de criação e
43 implantação do campus. Encerradas as inscrições, o Senhor Presidente retomou a
44 palavra e, em regime de votação, colocou a proposta de aquisição do prédio da
45 Faculdade de Administração de Governador Valadares (FAGV), com o pagamento
46 realizado integralmente, ainda este ano, por meio da primeira parcela a ser repassada
47 pelo MEC, no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), valor este que será
48 complementado com recursos da Fonte 250, no valor de R\$4.500.000,00 (quatro
49 milhões e quinhentos mil reais), que foi aprovada, por unanimidade, sob aplausos da
50 assembleia. Desta forma, o Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora,

1 no uso de suas atribuições legais e regulamentares, tendo em vista o que consta do
2 Processo nº 23071.002160/2017-10 aprovou a aquisição do imóvel da Faculdade de
3 Administração de Governador Valadares (FAGV), localizado à Rua José de Tassis, nº
4 350, bairro Vila Bretas, na cidade de Governador Valadares/MG, para acomodação das
5 atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão para os cursos de nível
6 superior e pós-graduação do *Campus* Avançado da Universidade Federal de Juiz de
7 Fora em Governador Valadares (UFJF/GV), conforme chamada pública nº
8 001/2017/GV, através do pagamento de R\$9.5000.000,00 (nove milhões e quinhentos
9 mil reais). O Senhor Presidente agradeceu a sensibilidade do Conselho e sua
10 importância para que a comunidade acadêmica não se sinta desamparada. Elogiou a
11 decisão que, segundo ele, demonstra o quanto o Conselho Superior está atento e
12 sensível aos desafios de implantação e consolidação do campus em Governador
13 Valadares. Aproveitou para destacar a sua importância para a expansão da UFJF,
14 consignando que foi uma decisão muito importante, porque mesmo em um cenário de
15 escassez de recursos, o Conselho destinou recursos gerados na própria instituição para
16 garantir a compra ainda este ano, evitando os riscos inerentes a uma proposta de tentar
17 efetuar uma compra com o pagamento apenas no ano que vem. Reafirmou que o
18 Campus de Governador Valadares tem merecido uma atenção muito grande, que a
19 Administração Central está procurando empreender uma presença muito intensa no
20 Campus. Falou que teve a oportunidade de participar de três colocações de grau, sendo
21 na semana que vem mais uma e que em todos os discursos realizados pela Reitoria se
22 fala da importância de um campus para a região. Sublinhou que o Conselho está
23 preocupado e sensível com a situação do Campus de Governador Valadares, mas que
24 não pode se furtar a reconhecer os imensos erros históricos que foram cometidos no
25 processo de criação e implantação do campus, sendo justamente por esses erros que
26 estão sendo feitos tantos esforços de correção de rumos. Ressaltou que o Campus
27 Avançado de Governador Valadares foi construído juntamente com outros vinte campi
28 avançados e é o único que não tem um metro quadrado de espaço construído. Avaliou
29 que o Campus é sim importante, assim como são óbvios os equívocos cometidos. Indica
30 ser salutar priorizar essa necessidade, tendo maturidade para lidar com isso, em que
31 nenhum compromisso político nos deixe de enxergar o que é evidente, que lutar por
32 nosso campus tem que ser uma bandeira da nossa Instituição, com consciência dos
33 problemas. Agradeceu novamente ao conselho, reforçando ser importante para a
34 comunidade de Governador Valadares ser reconhecida e valorizada pelo Conselho
35 Superior. Registrou que a aprovação por unanimidade expressa fática e simbolicamente,
36 em um momento de restrição orçamentária, toda a importância que o *Campus* de
37 Governador Valadares tem para a UFJF. Registrou que não era cultura dessa
38 universidade tomar uma decisão dessa forma, que essa decisão poderia ter sido tomada
39 em gabinetes em Governador Valadares, quando se chegou a essa solução, que poderia
40 ter sido decidida monocraticamente. Ratificou que essa cultura de discutir prioridades
41 de orçamento não existia e que o Conselho Superior está mudando essa cultura,
42 assumindo um papel de protagonismo que nunca teve antes. Lembrou que o Conselho
43 Superior era surpreendido com notícias pela mídia, revelando que chegou a saber da
44 compra de teleférico e do trenó de montanha pela mídia, pela imprensa. O equívoco do
45 projeto do campus avançado foi que ele não foi tratado no Conselho. Observou ser
46 preciso reconhecer que existia essa dívida com o Campus, que a existência de projetos
47 megalomaniacos cobrou seu preço para o Hospital Universitário (HU) e para o Campus
48 de Governador Valadares, sendo importante reconhecer esses erros. Mais uma vez
49 destacou que é importante esclarecer que não pode existir investimento para a
50 Universidade que não passe por esse Conselho, que esse tipo de decisão não poder ser

1 tomada a portas fechadas, em gabinetes, sendo preciso mudar essa cultura de uma vez
2 por todas, para não condenar a instituição a cometer erros futuros. Comunicou que a
3 Administração está indo a todas as unidades discutir projetos e que sempre reforça a
4 importância das decisões passar pelo Conselho, como parte da dinâmica democrática,
5 até porque a cultura de uma Universidade é cultura baseada em decisões colegiadas, que
6 foi retomada e precisa ser reforçada. Encerrou novamente parabenizando a todos os
7 Conselheiros pela decisão. A seguir solicitou aos Conselheiros um intervalo de cinco
8 minutos que foi aprovado por todos. Retornando aos trabalhos, iniciou o segundo
9 momento do ponto de pauta para a deliberação sobre a destinação de recursos de capital.
10 Informou que o documento com os critérios a serem utilizados pela Administração
11 Superior para definição das prioridades das obras foi socializada com todos. O
12 documento apresenta, em um primeiro momento, a relação de obras que possuem
13 orçamento específico, como o das agências de financiamento ou emendas
14 parlamentares. O segundo, relativo a problemas estruturais de prédios, como o caso do
15 Instituto de Ciências Exatas. Situação crítica para funcionamento de atividades
16 acadêmicas (salas de aulas e laboratórios), expansão acadêmica não contemplada com
17 espaço físico, situação crítica para funcionamento de atividades administrativas,
18 pequenas intervenções de baixo custo, bem como as de baixa complexidade de
19 execução, a perda de espaço devido à expansão acadêmica de outra unidade, as
20 demandas existentes desde o ano de dois mil e dezesseis, as obras paralisadas e as obras
21 não iniciadas. Destacou as variáveis que poderiam interferir, durante a
22 operacionalização da efetivação das obras, nas prioridades definidas: orçamento
23 disponibilizado pelo Ministério da Educação, capacidade Operacional da Pró-reitoria de
24 Infraestrutura e Gestão (PROINFRA) e a complexidade da elaboração do projeto da
25 obra. Retomou a fala realizada no início da reunião pela qual informou que no momento
26 a instituição está 55% (cinquenta e cinco por cento) do orçamento de capital liberado,
27 que pode chegar a 80% (oitenta por cento). Mencionou que as listas também foram
28 enviadas aos Conselheiros com as justificativas de prioridades propostas, com obras que
29 seriam executadas com recursos de investimento de reserva técnica do ano de dois mil e
30 dezoito, conforme relação aprovada no Consu, no ano de dois mil e dezessete, e a outra
31 lista com obras que seriam realizadas com recursos de restos a pagar do ano de dois mil
32 e dezoito. Registrou os esforços da Administração para reorganizar a lista em face da
33 insegurança quanto aos restos a pagar, citando o último parecer do Procurador Geral
34 Federal que foi contrário ao da Câmara Permanente de Licitações e Contratos
35 Administrativos da AGU, em que o mesmo propõe a não utilização de restos a pagar
36 para pagar fornecedores diferentes do empenho original. Em relação à lista de
37 prioridades das obras, pela qual a Administração Central deixou a seu encargo através
38 dos recursos de reserva técnica consignados no orçamento do ano de dois mil e dezoito,
39 informou a seguinte priorização de projetos: o Plano Diretor do Campus de Juiz de Fora
40 (Projeto PROINFRA), a passarela da Faculdade de Educação Física (FAEFID)/(Projeto
41 PROINFRA), para a FAEFID/CRITT a obra para escoamento da água pluvial, o Plano
42 de Segurança do Cine Theatro Central - (Projeto Eficácia), para o ICE a infraestrutura
43 do anfiteatro (Projeto PROINFRA), a instalação de Elevadores (Projeto PROINFRA) e
44 empreiteira para pequenas obras, um proposta da PROINFRA, pelas qual a instituição
45 contrataria, através de licitação, uma empresa para realizar pequenas obras. A outra
46 listagem seria a de obras realizadas com recursos com destinação específica e que não
47 concorrem com o orçamento da UFJF, como a do terreno do Instituto Dom Orione,
48 processo de compra paralisado em face de judicialização por superfaturamento; o
49 convênio com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para a construção do Parque
50 Tecnológico, que tem um prazo máximo de execução até outubro de 2020; os projetos

1 do Hospital Universitário (HU) - Blocos G e E9, que estão sendo feitos dentro da
2 PROINFRA; o escadão do Dom Bosco que está com problemas de iluminação,
3 segurança e infraestrutura, que possui uma Emenda Parlamentar do ano de dois mil e
4 dezoito; recuperação do Anel Viário, através de Projeto elaborado pela Empresa
5 Municipal de Pavimentação e Urbanização da Prefeitura de Juiz de Fora (EMPAV). Em
6 razão da reunião completar as três horas regimentais o Senhor Presidente solicitou aos
7 Conselheiros a prorrogação por mais uma hora que foi autorizada. Finalizou a lista de
8 obras realizadas com recursos com destinação específica com as obras do Hospital
9 Universitário, sendo o Bloco E (fachada), a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)
10 para o HU e Bloco E8. Em relação a lista de obras com recursos próprios de
11 investimento de dois mil e dezoito e orçamento do ano de dois mil e dezenove, relatou a
12 seguinte ordem: 1 - ICB II - Anatomia - complementação orçamentária; 2 - ICB II -
13 Botânica e Bioquímica; 3 - FACC/FSS; 4 - Nova Reitoria – Novo Restaurante
14 Universitário/Biblioteca/CONSU; 5 - Reforma do prédio e casa da Rua Espírito Santo
15 para Medicina Veterinária; 6 - Prédio para atendimento da Faculdade de Farmácia,
16 Enfermagem, Odontologia (Reforma Laboratório e salas de aulas); 7 - Escritório Escola
17 do Direito; 8 - Depósito de Produtos Químicos; 9 - ICB III - Micro e
18 Parasito/Biotério/Genética/sala de Aula Bloco G1/Anfiteatros; 10 - Pró-Música; 11 -
19 Salas de aula IAD mais passarela e 12 - Colégio de Aplicação João XXIII. Antes de
20 finalizar a lista consignou ser fundamental estabelecer os primeiros itens da listagem,
21 colocando a proposta de utilizar os valores já disponíveis para lançar algumas licitações
22 em setembro deste ano até o início de dois mil e dezenove. Abriu a pauta para
23 discussões tendo se inscrito o Conselheiro Eduardo Barrere, que pediu maiores
24 esclarecimentos quanto à obra de recuperação ao Anel Viário questionando se não seria
25 obrigação da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e registrando seu protesto caso a
26 Universidade tenha que realizar a obra. O Senhor Presidente pontuou sobre a situação
27 vivenciada pela Prefeitura Municipal que chegou a montar um Comitê de Crise e que a
28 obra relativa ao anel viário seria realizada em conjuntamente entre a Empresa Municipal
29 de Pavimentação e Urbanização da Prefeitura de Juiz de Fora (EMPAV) e a Proinfra,
30 além de existir orçamento específico para tal finalidade. Os Conselheiros Ana Paula
31 Ferreira, Fabrício Carvalho e José Otávio do Amaral também se inscreveram para
32 realizar algumas ponderações e indagações respectivamente sobre a obra do ICB III, as
33 obras do Instituto de Artes e Design (IAD) e até que ordem da lista de obras seria
34 possível chegar com o atual orçamento. Estas questões foram respondidas pelo Pró-
35 reitor de Infraestrutura e Gestão, Marcos Tanure e pelo Senhor Presidente. A seguir,
36 faltando dez minutos para completar o prazo regimental de quatro horas, o Senhor
37 Presidente realizou algumas considerações e esclarecimentos finais, informando que em
38 razão do número de Conselheiros inscritos não seria possível deliberar sobre a pauta
39 quanto ao orçamento, que a reunião ainda possuía três pontos em aberto, que seriam
40 finalizados em uma próxima reunião a ser realizada na primeira quinzena de setembro, e
41 desta forma, esta assembleia também ficaria em aberto, passando a palavra para que,
42 pela ordem, os Conselheiros pudessem se manifestar até a finalização do tempo
43 regulamentar. Os Conselheiros Álvaro Quelhas, Marcelo Silva Alves, Victor Soares
44 Victor, Sérgio Tardelli, Eliete Faria Verbena e Hélio Antônio da Silva também se
45 manifestaram. Finalizado o tempo previsto o Senhor Presidente agradeceu a presença de
46 todos. Para constar, eu, Rodrigo de Souza Filho, lavei a presente ata, que transcrevo,
47 dato e assino.

48
49
50

Juiz de Fora, 31 de agosto de 2018.

1
2
3
4
5
6
7
8
9

Rodrigo de Souza Filho
Secretário Geral

Prof. Dr. Marcus Vinicius David
Reitor da UFJF

ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA ____/____/____

1.	2.
3.	4.
5.	6.
7.	8.
9.	10.
11.	12.
13.	14.
15.	16.
17.	18.
19.	20.
21.	22.
23.	24.
25.	26.
27.	28.
29.	30.
31.	32.
33.	34.
35.	36.
37.	38.
39.	40.

41.	42.
43.	44.
45.	46.
47.	48.
49.	50.
51.	52.
53.	54.
55.	56.
57.	58.
59.	60.

1